

GT69: Regimes de alteridade e construção de antropologias nacionais: Um exercício de antropologia histórica

João Pacheco de Oliveira, Stephen G. Baines

Este GT propõe como tema o encontro entre duas áreas de investigação que tem operado de forma independente. O estudo das identidades tem sido em geral associado à modos de dominação, processos econômicos e políticos, formas religiosas e mágicas com seus reflexos em ontologias próprias. Por sua vez a construção de antropologias é narrada usualmente como um capítulo da história das ciências, algo universal que se desloca no tempo e no espaço somente com alterações exteriores. Enquanto o primeiro parece assentado na escala nacional, a segunda é claramente transnacional. Se focalizarmos tais assuntos em sua íntima interrelação, iremos descobrir novos sentidos e potentes dinamismos. Os regimes de alteridade são produtos de um saber erudito, embasados em teorias científicas e representações artísticas, as quais legitimam igualmente as políticas públicas setoriais. A antropologia, pelos temas que trata, tem raízes e aplicabilidade social maior que outras disciplinas, sendo analiticamente instigante concebê-la não apenas como produto final (tese/livro), mas como resultado de múltiplas constrições que regulam a possibilidade das pesquisas, determinam a estrutura da situação etnográfica e controlam a circulação e uso dos seus produtos. Ao invés da normatividade de paradigmas científicos, ela se desvendará como artefato social e histórico permeado por regimes de alteridade. Explorar em termos etnográficos a interrelação entre estas duas áreas de pesquisa é o objetivo deste GT.

A Caminhada dos Mártires, a primavera Tupinambá

Autoria: Kowawa Kapukaja Apurinã

A Caminhada Tupinambá - A Caminhada dos Mártires, acontece anualmente na última semana de setembro, tornando-se um momento e movimento político e ritualístico para os Tupinambá do Sul da Bahia. Os preparativos dos festejos são iniciados no mês anterior ao evento. As conversas entre as comunidades, acertos, reuniões e planejamentos são a plataforma de atividades que se desdobram até a data da caminhada, quando se tem os atos finais daquele ano, as variações culturais (BARTH, 2000). E entre muitas atividades coletivas e demandas que se acertam nas reuniões noturnas entre as lideranças e a comunidade está a Caminhada Tupinambá, que acontece todos os anos, quando recontam a história dos índios nadadores, a carta de Mem de Sá, a traição do outro grupo étnico, os corpos estendidos na praia, os que fugiram para a serra e a força de Marcelino que encantou, a ponte amaldiçoada e os esbulhos que sofreram e ainda estão em processo de resistência contemporânea. A narrativa é constantemente lembrada, reafirmação do lugar, de como ocorreram todos os processos do passado e a contemporaneidade, e a constituição da identidade na luta pelos territórios (PACHECO DE OLIVEIRA, J.1999). Uma vez que podemos entender que estes rituais ocorrem a afirmativa indenitária para um contexto de retomadas de territórios e lutas por políticas públicas, no qual o Estado envolvente torna-se eterno devedor. Isto é, pertencemos ao Estado, mas é uma inclusão precária e um espaço de lutas por dignidade e cidadania. "Os povos indígenas são nossos contemporâneos, não vivem em outra temporalidade radicalmente diferente "(PERES, s/d). Os povos e as terras que ocupam ou reivindicam fazem parte do Estado. A Caminhada Tupinambá dentro do processo de ritual do Poracin determina os passos adiante das articulações políticas e sociais das comunidades Tupinambá , não somente pelo fortalecimento da Terra, mas por uma identidade capaz de transpor os fenótipos coloniais/colonizadores do lugar do selvagem, o índio genérico , da tutela; imposto aos corpos, que é reificado de outros modos, no entanto, o esqueleto colonial permanece, o que muda são os corpos que alimentam as estruturas e as novas palavras que falam sobre.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

